

Relações étnico-raciais em Portugal: Identidades sociais e representações na educação

HEIDE JESUS DAMASCENO

heidejd@yahoo.com.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

Resumo

Este texto é uma contribuição às reflexões acerca do racismo, das relações étnico-raciais e suas expressões nas identidades sociais de jovens afrodescendentes e as representações educativas em Portugal. Utiliza secções de uma investigação em âmbito de tese doutoral, que realizou revisão de literatura e pesquisa de campo através de estudo de caso em uma escola portuguesa.

Palavras-chave:

Relações étnico-raciais. Identidades sociais. Representações educativas.

Abstract

This text is a contribution to the reflections on racism, ethnic-racial relations and their expressions in the social identities of young people of African descent and the educational representations in Portugal. It uses sections of a research in doctoral thesis, which conducted literature review and field research through case study in a Portuguese school.

Key concepts:

Racial relations. Social identities. Educational representations.

Introdução

A escravidão Atlântica e as colonizações sob a dominação dos países europeus promoveram a exploração de populações e riquezas dos continentes africano, americanos e asiático no contexto de emergência da sociedade moderna e ao longo do desenvolvimento do capitalismo. A cor da pele e, posteriormente, outros critérios morfológicos e químicos, foram utilizados para justificar a subordinação e condição de inferioridade dos africanos escravizados. Este resgate histórico ainda é fundamental para a análise do racismo contemporâneo e das complexas intersecções de raça, etnia, nação, classe e gênero na conformação de identidades sociais e representações na educação.

Este texto tem o objetivo de provocar reflexões sobre as relações étnico-raciais em Portugal e suas expressões nas identidades e representações sociais presentes na educação de jovens afrodescendentes em um contexto escolar. Realizamos revisão de literatura e dados de pesquisa empírica em uma escola portuguesa com estudantes jovens

afrodescendentes¹. As voluntárias da pesquisa estão na faixa entre 17 e 22 anos, caracterizando-se mulheres jovens. São egressas de cursos técnicos profissionais no nível secundário em uma escola TEIP em Amadora. Das 22 jovens que participaram da investigação, 10 são portuguesas e todas são autodeclaradas afrodescendentes/negras. Foram apresentadas antecipadamente às jovens os objetivos da pesquisa e o critério de autodeclaração social e racial. Todas as jovens voluntárias da pesquisa possuem situação de imigração pessoal ou da família.

O texto está organizado em três partes. No primeiro tópico, tratamos dos conceitos de raça e racismo, por considerarmos pertinentes a considerações que tecemos seguidamente sobre as relações étnico-raciais em Portugal. No segundo, apresentamos os resultados da pesquisa de campo, realizada através de entrevistas e individuais e grupo focal com vinte e duas mulheres jovens afrodescendentes. Abordamos as análises acerca das identidades das entrevistadas e demonstramos as

¹ A pesquisa empírica é parte da tese de doutoramento em Serviço Social da autora, no prelo. O objetivo geral da investigação é analisar experiências de jovens afrodescendentes na educação profissional em Portugal e Brasil para contribuir à intervenção das assistentes sociais. Em Portugal foi desenvolvido estudo de caso no Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves – AGAN (Amadora, Distrito de

Lisboa, Portugal) e entrevistadas estudantes egressas de quatro cursos profissionais e autodeclaradas afrodescendentes, cientes de que este era o critério de participação voluntária na pesquisa. Em tempo, informamos que o texto mantém as variantes da língua portuguesa brasileira por ser original da escrita da autora.

representações da história da África e dos negros presentes no quotidiano da escola e no processo educativo.

1. Racismo contemporâneo e relações étnico-raciais em Portugal

Concordamos com Munanga (2003, p. 6) que, embora o racismo, como ideia justificadora de superioridade de uma raça sobre outras, não precise mais da crença na existência de diferentes raças humanas para existir, o termo ainda faz sentido nas análises sociais contemporâneas, pois, ainda que as raças não existam biologicamente (Munanga, 2003) isto não faz desaparecer as categorias mentais que ainda sustentam a pertinência do termo e justificam representações estereotipadas, entre muitas outras reproduções de desigualdades sociais e étnico-raciais. Desse modo, o conceito sociológico de raça é imprescindível para analisarmos as intersecções dos sistemas de opressões, que permeiam todas as dimensões das relações sociais e se constituem como negação dos recursos da sociedade às populações discriminadas de forma sistemática e por longo período (Collins, 2019, p. 33).

Nas teias do racismo e da xenofobia, as diferenças étnico-raciais² são tidas como ameaça à sobrevivência das tradições culturais, do território, das riquezas, das oportunidades de trabalho e direitos sociais dos grupos racializados. Estas construções históricas têm suas bases na conformação dos Estados-nações europeus, em contexto de invasão e dominação de riquezas e territórios em África e Américas, entrelaçando as relações de raça, etnia e nação. Stuart Hall (1997, p.56-60) explica que a narrativa da cultura nacional é construída com base nas histórias e experiências, com ênfase na origem e continuidade de um povo, sendo estes discursos encobertos por mitos fundacionais e invenções de tradições. As identidades nacionais são formadas por essas memórias, comunidades imaginadas, símbolos e representações. Elas tentam generificar as diferenças de classe, etnias, raças, gênero e hegemonizar culturas, mas não se sustentam, pois embora seja tentador representá-las como a expressão da cultura subjacente de “um único povo”, utilizando a etnia para referir às características culturais – língua, religião, costumes, tradições, sentimentos de “lugar” – que são partilhadas por um povo, essa crença acaba por

² Baseados nas discussões de Munanga (2003, p. 6) sobre raças e racismos, o uso dos termos “raça/etnia” e “étnico-racial” são apresentados de forma conjugada

para englobar o maior número de características fenotípicas e culturais que invariavelmente determinam as relações sociais contemporâneas.

ser um mito: “A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As nações modernas são, todas, híbridos culturais” (1997, p. 67).

Na contemporaneidade, tais ideologias continuam reificadas, pois o Estado absorve conflitos e contradições não com o intuito de resolvê-los, mas para manter uma ideia imaginária de poder impessoal e imparcial, utilizando de coação física e/ou produção de discursos ideológicos justificadores da dominação de um grupo sobre outros. No atual contexto, o racismo se expressa ainda na luta de populações racializadas pelo direito à vida e acesso a direitos sociais basilares em todo mundo e está presente nas desigualdades sociais e relações afetivo-familiares. A escravidão e a colonização, que comercializaram e desumanizaram corpos negros no passado, são processos complexos que subjazem a estruturas opressoras da sociedade ainda na atualidade.

1.1 As relações étnico-raciais em Portugal

Ainda que haja uma tendência europeia ocidental de recalcar a questão étnico-racial, é inevitável constatar estas tensões em Portugal, imbricadas aos processos de construção da sociedade moderna e contemporânea, capitalista, racista e patriarcal. Desde a expansão

europeia, via tráfico transatlântico (sobretudo a partir do séc. XVI), o país contribuiu demasiadamente aos processos ativos de escravidão e colonização que se findaram nos países africanos colonizados apenas no século XX. A relação de Portugal com África e a presença africana no país, portanto, existe há centenas de anos (Dorigny, 2017, p. 50; Henriques, 2011, p. 7), sem interrupção, como tem ocorrido, nas últimas décadas, via crescentes migrações.

É sintomático que as relações étnico-raciais contemporâneas em Portugal estejam encobertas pelos discursos dos “brandos costumes”, mito herdeiro do “lusotropicalismo”, que permite ocultar as relações sociais desiguais e violentas que marcaram a colonização portuguesa (Vala, 2015, p. 126). Portugal é o último país europeu a desvencilhar sua extensão nacionalista de colônias em países africanos, tendo massificado este “ethos nacional” através de uma longa linha discursiva que percorreu diversos regimes políticos da sua história, incluindo a 1ª República, mas que teve no Estado Novo a cristalização de tais ideologias. Ratificando este argumento, Cabecinhas (2002, pp. 91-92) explica que é o período mais marcante da ideologia racista em Portugal, pois, face às ameaças de rompimento dos sistemas coloniais entre as potências europeias e os desafios de manter as colônias africanas

com processos de assimilação com os negros, o governo português adota algumas medidas, como as substituições da terminologia “império colonial” por “províncias ultramarinas” e a adoção do lusotropicalismo.

O movimento pela independência das ex-colônias africanas, a revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), a redemocratização do país e a inserção na União Europeia, são os fatores principais que modificam a política externa e fazem com que Portugal deixe de ser um país apenas emigrante e passe a ter diversos fluxos de imigração, o que vai acrescentar outras complexidades na configuração multicultural plural e diversa de sua população. Diante disto, a diversidade étnico-racial em Portugal precisa ser mais politizada a partir do reconhecimento de que há uma questão étnico-racial, expressa nas mobilizações sociais antirracistas que têm se fortalecido, disputado politicamente as narrativas no âmbito acadêmico e parlamentar, bem como nas associações comunitárias e escolas.

À luz das reflexões de Hall (2003, pp. 82-83), as sociedades multiculturais

têm o desafio de reconhecer o particular e o universal ou as pretensões da diferença e da igualdade. No caso de Portugal, por exemplo, o reconhecimento da nacionalidade aos afrodescendentes perpassa uma ressignificação da concepção de nação, raça e etnia. É possível uma dupla consciência de ser negro e português, em substituição aos “imigrantes de segunda geração”, desde que se pense para além das fronteiras tradicionais dos discursos políticos existentes e suas soluções prontas.

2. Identidades das jovens mulheres afrodescendentes em Portugal

As identidades sociais que constituem a mulher afrodescendente/negra³ são construções sociais e históricas geradas pela intersecção basilar de raça/etnia, gênero e classe, ainda que outras categorias, como a sexualidade se façam necessárias para analisar a articulação dos sistemas de opressão. Construída pela dupla alteridade, perpassando raça e gênero, a identidade da mulher afrodescendente é constituída pelas representações da branquitude, posta historicamente como padrão pelo eurocentrismo. Franz Fanon (2008), ao avaliar o fenômeno do

³ De forma genérica, podemos nos referir a mulheres negras como sinônimos de

mulheres afrodescendentes, embora este ainda seja o termo mais utilizado em Portugal.

racismo, conclui que a opressão do negro se manifesta no fato do seu autorreconhecimento requerer uma colocação sob o ponto de vista do outro (que é o branco), alienando sua própria identidade e, consequentemente, sua humanidade. Desta forma: “Nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito *branco* não quer se parecer. (...) Essa sentença nos lembra que não é com o sujeito Negro que estamos lidando, mas com as fantasias *brancas* sobre o que a Negritude deveria ser” (Kilomba, 2019, p. 36).

Ser mulher negra é ter especificidades, particularidades e demandas construídas social e historicamente, que são diferentes das da mulher não negra, pois as condições de feminilização e racialização da mulher negra são promovidas pelo duplo processo de identificação cultural e desvalorização social, dado que, se não são nem brancas nem homens, logo, são a antítese da branquitude e da masculinidade. Quando questionadas sobre como preferiam se autoidentificar quanto à cor/raça/etnia/descendência, as jovens demonstraram enorme estranhamento. Explicávamos que a resposta não era obrigatória e que era uma questão aberta, ou seja, podiam livremente responder com o critério que mais lhes fizesse sentido, ao que retrucavam: “Por que as pessoas perguntam qual é a nossa cor se elas conseguem ver?” (Entrevista 1),

questionou uma delas sem ser convencida da importância da pergunta e dos censos étnico-raciais de forma geral. Uma entrevistada respondeu: “Eu acho que todas são iguais, eu acho. Não tem essas cenas de preto, branco... não tem...eu acho que é tudo igual...” (Entrevistada 2). No grupo focal, as jovens silenciaram e expressaram as seguintes respostas: “Eu nem sei como responder a isso” (Entrevistada 3); “Eu também não” (Entrevistada 4); “Eu não sei” (Entrevistada 5).

Consideramos que há múltiplos fatores para o estranhamento da questão da autodeclaração. Como parte das jovens nasceu em Portugal e as demais vinheram para o país há alguns anos, não conhecem censos étnico-raciais. Mas o que isto revela é tanto o reflexo da tendência atual do racismo em não tratar de raça, mas sim de diferentes culturas, quanto a própria negação da existência do racismo com os discursos que negligenciam as diferenças étnico-raciais na promoção de subalternidades e desigualdades.

A maioria das autodeclarações das entrevistadas mencionaram o critério de nacionalidade e território, mas também mesclaram com categorias de cor/raça, como preta e negra. As jovens que nasceram em algum país do continente africano tiveram a tendência de se declarar

pela nacionalidade, ainda que em seguida associem cor/raça, conforme as respostas transcritas abaixo:

Sim, nasci na África, nas ilhas Cabo Verdianas. É considerado África também apesar de ser fora, mas é África. Então eu digo: eu sou africana, sou preta, sou negra, sou uma qualquer. Tipo pra mim não faz diferença, tipo quando a pessoa vem falar comigo vai me chamar pelo nome, obviamente, mas se for por um – como é que se diz – uma pergunta de censo eu afirmava logo de cara: eu sou africana, eu não sou afrodescendente. Afrodescendente é quem nasceu em outro país, eu nasci logo lá, então não tem dificuldade em dizer (Entrevistada 6).

Sou a raça africana, eu sou. Ah, eu sou como eu sou. Ah, eu nem sei como explicar, eu sou como eu sou (Entrevistada 7).

Eu acho que a descendência da minha parte. Eu diria eu sou africana. Não é questão, é porque eu uso mais isso. As pessoas me perguntam de onde eu sou, qualquer coisa eu digo eu sou africana, para mim é mais confortável isso (Entrevistada 1).

Sei lá...negra, cabo-verdiana (Entrevistada 8).

Notamos que as jovens tendem a fornecer diversos esclarecimentos nas suas respostas e mostram que não possuíam uma definição ou critério. Ao afirmar que são africanas diferenciam-se por terem nascido em países africanos, mas também o fazem para denotar a raça ou o que é mais “fácil” de se fazer compreender. As categorias “preta” e “negra” são declaradas com muita eloquência, demonstrando que há

uma reflexão sobre elas. As jovens que responderam utilizando os critérios de cor e raça, afirmaram: “Eu gosto daquilo que eu sou, né? Eu sou preta – risos” (Entrevistada 9). “Preta. É que os africanos são considerados pretos” (Entrevistada 10).

A associação da população africana à cor preta e raça negra deriva de construções históricas. Conforme traduziu Achile Mbembe, África e negro são o resultado de um longo processo histórico de produção de questões de raça. São signos de uma alteridade impossível de assimilar. Apesar de nem todos os africanos serem negros e nem todos os negros serem africanos, falar de um é evocar o outro, pois um concede ao outro seu valor consagrado (2014, p. 75). Secularmente utilizados de forma pejorativa, os termos “preta” e “negra” são ressignificados pelas jovens, que demonstram se afirmar com orgulho. Isto também ficou evidente entre as jovens que nasceram em Portugal, mas estas estiveram mais motivadas em relatar o incômodo de ter que se explicar quanto a ser preta/negra e portuguesa. Associando as autodeclarações diretamente ao racismo, uma das entrevistadas começa a responder à questão feita afirmando que há racismo nas suas experiências exatamente por precisar sempre a ter de explicar que é portuguesa:

Ai, não digo que aqui também não tem racismo, tem sim, até porque

comigo já aconteceu algumas vezes, mas eu pretendo não ligar e seguir em frente. Eu sei o que eu sou, sei o valor que eu tenho e que as pessoas me dão por isso (...). Já me perguntaram também, sim, e acontece sempre e eu digo “a minha mãe é cabo-verdiana” e é normal que eu não saia, por exemplo, à cor do meu pai, por exemplo, da minha mãe é. Mas já perguntaram isso a mim e aos meus irmãos também, já chegaram a perguntar. Aí eu digo “sim, eu sou portuguesa, mas o fato de eu ser mais escura não quer dizer que eu não seja daqui”. Esquecem que há pessoas que tão a vim pra aqui, podem ter filhos aqui, podem não sair da mesma cor que eles (Entrevistada 11).

Entre as jovens entrevistadas é comum tanto a dupla nacionalidade (a maioria possui a portuguesa e caboverdiana) quanto a experiência de requerer a nacionalidade portuguesa mesmo tendo nascido em Portugal, face o critério de jus sanguinis adotado no país. A identidade racial desta geração de mulheres negras jovens nascidas em Portugal reflete uma dupla consciência, de cor/raça e nacionalidade. Partindo da premissa de que as identidades são definidas historicamente e podem ser contraditórias, já que estão em permanente deslocamento (Hall, 1997), é perceptível que estas jovens estejam a produzir suas autodeclarações. As identidades se situam nas coordenadas dos sistemas de representação, no espaço e tempo simbólicos e são influenciadas pelo processo de globalização que remota alguns séculos. Assim, “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural

se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar” (Hall, 1997, p. 14).

Ainda de acordo com Stuart Hall, há algumas pressupostos que podem nos levar a interpretar as declarações identitárias destas jovens como mais defensivas ao fortalecer contra-etnias – ser “preta/negra e portuguesa” – ou a produção de novas, de caráter posicional e conjuntural. A produção de novas identidades sociais e raciais pode ser uma tendência na atual realidade portuguesa:

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em *transição*, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro; ou retornando às suas “raízes” ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Mas esse pode ser um falso dilema. Pois há outra possibilidade: a da Tradução. Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram *dispersadas* para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições (1997, pp. 95-96).

O autor conclui que estas pessoas são “o produto das novas diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Eles devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a

traduzir e a negociar entre elas” (1997, pp. 96-97). Estas seriam as culturas híbridas, um dos tipos de identidades produzidos na era da modernidade tardia, dentre diversas outras a serem descobertas. Não é o momento de desprezar nenhuma possibilidade.

3. As representações da história da África e dos negros na escola

A representação da história da África e dos africanos e negros nos manuais escolares portugueses e nas aulas acessadas pelas jovens foi abordada junto às entrevistadas com o objetivo de perceber se a escola contribui para a reflexão sobre as relações étnico-raciais a partir da história da escravidão, colonizações, trazendo referências das resistências africanas, bem como questões contemporâneas da população negra na diáspora. A maioria das jovens afirmou que o assunto não é abordado: “É raro tocar nesse assunto, é sempre o mesmo, não muda, acho que isso nunca vai mudar” (Entrevistada 12). A demonstração de indignação e pessimismo na fala de uma das jovens denuncia que reconhece a importância de que a escola abordasse a questão étnico-racial, inclusive face à dificuldade de compreender questões sociais tão complexas, como ela desenvolve: “Para mim somos todos iguais, mas haverá sempre uma diferença, não tenho explicação, não sei ex-

plicar” (Entrevistada 12). O tom de negação com a ideia da importância da abordagem do tema na escola é explicitado de várias formas: “Que eu saiba e que me lembre eu acho que não” (Entrevistada 9). “Pois é, importante porque aqui tem muitos pretos, muitos mesmo, era importante, eu gostava” (Entrevistada 13).

As entrevistadas declararam que há iniciativas específicas, que ocorrem na escola de forma a juntar várias turmas:

Os professores, às vezes os alunos fazem também uma, como é que eu posso dizer, uma convocatória para juntar-se todos pra falar sobre isso, às vezes vêm pessoas de outra escola pra falar também sobre isso (...) fica lá a falar sobre preconceito que né muito...é, como posso dizer?, né correto ficar a julgar as pessoas pela cor ou por ser diferente, isso mais aquilo, muitas coisas (Entrevistada 8).

Quando questionadas sobre o conteúdo abordado, afirmam que não se lembram dos manuais, pois estudaram isso quando tinham aula de história no nível básico e nem mesmo utilizam mais os manuais nos cursos profissionais:

Não sei, porque já nós nos cursos já não usamos manual, é mais tipo escrever e, assim, nas aulas mais produtivas, mas já essa agora já é semanal, portanto já não. Aí já não me lembro, já foi tanto tempo - risos (Entrevistada 9).

Isso foi lá, é na história praticamente, porque de décimo pra aqui já não tem mais história, mas falávamos das outras culturas como é que eram, era de escravos também (Entrevistada 11).

Isso foi no sexto ano, que me eu lembro, a escravidão... (risos) não lembro (Entrevistada 6).

O fato de cursarem a via profissional é justificativa usada por elas para ressaltar que não têm o conteúdo destas discussões. Mas este “esquecimento” pode ser tanto produto da invisibilidade do conteúdo quanto estratégias de defesa das jovens em não mais abordar estas questões em suas memórias. Uma outra questão posta às jovens dizia respeito ao conteúdo dos “descobrimientos” na expansão marítima portuguesa. Ao questionarmos como foram elucidados nas diversas disciplinas, tivemos os seguintes relatos:

Sobre os descobrimientos, os negros foram sempre os escravos, é o que eu ouvia sempre é escravos, os negros eram comprados...era isso que eu ouvia. Nunca ouvi falar de um negro descobriu ou um negro que fez...eu acredito que haja. Eu por acaso não gosto muito de história, não sou uma pessoa que estuda muito história, mas dos negros o que sempre se ouve é que iam buscá-los pra serem escravos ou pra basicamente pra servir outras pessoas (Entrevistada 14).

Só que os portugueses que descobriram Cabo Verde e só... tipo ouvi sobre discriminação aqui nessa escola, não (Entrevistada 13).

Os negros sempre eram os escravos O que era importante era história de Portugal... é o que eles querem (Entrevistada 4).

Só descobriram. Foram lá descobrir (Entrevistada 15).

Só via riqueza. Os portugueses iam lá, que levavam os escravos lá para Portugal, vendiam. E onde é que eles viviam, os escravos, e as condições que viviam (Entrevistada 4).

Notamos que há um conteúdo que fica no imaginário delas e quanto explicita a ideia de inferioridade dos negros. bell hooks (2019) argumenta que desde a escravidão, os supremacistas brancos reconheceram que controlar as imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial e “existe uma conexão direta e persistente entre a manutenção do patriarcado supremacista branco nessa sociedade e a naturalização de imagens específicas na mídia de massa, representações de raça e negritude que apoiam e mantêm a opressão (2019, p. 33). Desta forma, as representações da negritude e do feminino subjugadas e reforçadas pelos processos de educação formal só contribuem para perpetuação do racismo.

A situação escolar dos afrodescendentes em Portugal revela a persistência do imaginário colonialista e racista na educação e demonstram as consequências disto na aprendizagem (Araújo e Maeso, 2012). Uma carta aberta assinada por diversas organizações antirracistas (2016) revelou a contínua presença das representações coloniais que subalternizam a população afrodescendente nos manuais escolares. Os processos de exclusão e segregação insidiosos e as desigualdades

nas reprovações também foram apontados (Seabra et al., 2016).

A descolonização dos saberes na escola é um passo importante para todos os envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem, em qualquer contexto e para quaisquer identidades étnico-raciais. Descolonizar significa reverter, desconstruir uma série de representações sociais que foram subvalorizadas ou completamente invisibilizadas. Nos manuais e conteúdos das aulas, nada está neutro. O currículo é a afirmação e reafirmação da cultura que se quer implementar nas instituições de ensino. Nele estão contidos os projetos de sociedade, ou seja, os valores, ideais e concepções que se querem reproduzir. Não incluir as discussões de raça/etnia e gênero nos currículos também é uma opção política e contribui na reprodução de processos que inferiorizam e invisibilizam histórias de resistência política.

Reflexões finais: Por uma educação antirracista

O racismo e as intersecções que constituem os sistemas de opressão na sociedade atual são discussões prioritárias para se pensar a sociedade e suas relações étnico-raciais. É necessário revisitar a história, reconhecer processos de violências, genocídios e exploração de povos e territórios, pois ela perpetua inúmeros estereótipos como os de classe, de gênero, culturais, racistas, etc. Negar este amplo debate só

efetivará mais consequências que o racismo impõe às identidades sociais em constante formação, especialmente na juventude. Se houver resistência a tratar de raça/etnia e racismo, a questão não será enfrentada politicamente e não transformaremos esta sociedade. Pelo contrário, serão ratificadas as representações desumanizantes dos corpos negros, da história dos povos africanos e seus descendentes.

Diante do exposto pelos relatos das jovens afrodescendentes, fica evidente que há um duplo desafio: constituir identidades sem as amarras das opressões e educar para a diversidade em uma sociedade marcada pelo colonialismo, pelo capitalismo, pela supremacia branca, racista e patriarcal. Mais que isto, estas são duas grandes questões das relações étnico-raciais contemporâneas. A escola pode contribuir efetivamente para novas construções das identidades e representações sociais sem opressões, mas, para isto, precisa se descolonizar. Enquanto o currículo expressar as representações subalternizadas, negar a história violenta da escravidão e colonização, não haverá reparação do passado nem transformações.

Descolonizar os saberes é reconhecer que a educação formal é fundamentada em aportes coloniais, hegemônicos e eurocêntricos que contribuem para reproduzir sistematicamente estereótipos e preconceitos

que conduzem à rejeição pessoal e à negação de valores culturais de diversos povos. É preciso desconstruir as bases ideológicas do racismo. Isto pode ser feito através de processos de reconhecimento e reparação. A escola é um espaço privilegiado para recontar a história e visibilizar resistências. A educação tem papel fundamental na produção das relações étnico-raciais. Ainda que não seja a única responsável pelas mudanças estruturais, é estratégica para a construção de uma sociedade antirracista.

Referências Bibliográficas

- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e Etnicidade em Portugal. Uma Análise Psicossociológica da Homogeneização das Minorias*. Braga: Universidade do Minho (tese de doutoramento).
- Carta Aberta (2016). Committee on the elimination of racial discrimination (cerd). 91 st session, 21 Nov. - 9 Dez. de 2016, Geneva. Disponível em: <<https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/2016/12/08/carta-aberta-de-organizacoes-afrodescendentes-portuguesas-ao-cerd-2016/>>.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.
- Dorigny, M. (2017). *Atlas das escravidões: da antiguidade até nossos dias*. Marcel Dorigny e Bernard Gainot; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Cartografia de Fabrice Le Goff. Petrópolis, RJ. Coleção África e os africanos.
- Fanon, F. (2008). *Pele Negra Máscaras Brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.
- Hall, S. (1997). *Identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil.
- Henriques, I. (2011). *Os Africanos em Portugal: História e Memória. Séculos XV-XXI*. Catálogo. Edição: Comité Português do Projecto Unesco «A Rota do Escravo».
- Hooks, b. (2019). *Olhares negros: raça e representação*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Editora Antígona.
- Munanga, K. (2003). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.
- Seabra, T. et al. (2016). Afrodescendentes e oportunidades de acesso ao ensino superior. *IX Congresso português de sociologia: Portugal, território de territórios*. Faro: Universidade de Algarve, Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em: https://www.aps.pt/ix_congresso/docs/final/COM0207.pdf.
- Vala, J. et al. (2015). *Expressões dos racismos em Portugal*. 2.ª ed. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. Estudos e investigações, nº 11.